

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DÉBITOS JUDICIAIS INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 08/2019

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE
Divisão de Informação e Normatização Contábil – DNC**

Atualizado em 08/02/2023

Divisão de Informação e de Normatização Contábil – DNC

Avenida Mauá, 1155, sala 403-A – CEP 90030-080 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5228

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	5
1.1 – Débitos Judiciais	5
1.1.1 – Precatórios	6
1.1.2 – Requisições de Pequeno Valor - RPVs	6
1.1.3 – Outros Débitos Judiciais	7
2 – PRECATÓRIOS	7
2.1 – CENTRALIZAÇÃO DOS PRECATÓRIOS – PROCEDIMENTOS INICIAIS	7
2.1.1 – Desreconhecimento de Ativos e Passivos e Transferências de saldos para os Encargos Financeiros do Estado	8
2.1.1.1 – Lançamentos Contábeis relativos ao Desreconhecimento dos Passivos Circulantes de Precatórios	8
2.1.1.2 – Lançamentos Contábeis relativos ao Desreconhecimento dos Passivos Não Circulantes de Precatórios	9
2.1.1.3 – Lançamentos Contábeis relativos ao Desreconhecimento dos Ativos e Passivos Intraorçamentários de Precatórios compensados com dívida ativa	11
2.2 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO	12
2.2.1 – Inscrição dos Novos Precatórios	13
2.2.2 – Atualização do Saldo Devedor	13
2.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS PAGOS PELOS TRIBUNAIS	15
2.3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS EXPEDIDOS PELO TJ/RS – EMPENHO PRÉVIO AO PAGAMENTO	15
2.3.1.1 – Empenho	15
2.3.1.2 – Liquidação	16
2.3.1.3 – Retenções	16
2.3.1.4 – Pagamento	17
2.3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EMPENHO POSTERIOR AO PAGAMENTO (REGULARIZAÇÃO)	17
2.3.2.1 – Empenho	17
2.3.2.2 – Liquidação	18
2.3.2.3 – Retenções.....	18
2.3.2.4 – Contribuições ao INSS pagas pelos tribunais	19
2.3.2.5 – Pagamento	19
2.3.2.6 – Regularização	20

2.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS COMPENSADOS COM DÍVIDA ATIVA	20
2.3.3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PROGRAMA COMPENSA	20
2.3.3.1.1 – Empenho	21
2.3.3.1.2 - Liquidação	21
2.3.3.1.3 - Retenções.....	21
2.3.3.1.4 – Pagamento	22
2.3.3.1.4.1 – Pagamento do principal (valor líquido do precatório)	23
2.3.3.1.4.2 – Pagamento das retenções incidentes sobre os precatórios	23
2.3.3.1.5 – Conversão de Receita (Reconhecimento da Receita Orçamentária de Dívida Ativa)	23
2.3.3.1.5.1 – Conversão de Receita (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF)	24
2.3.3.1.6 – Transferência entre Recursos (Diferença entre o valor bruto e o valor líquido do precatório)	25
2.3.3.1.7 – Registros contábeis relacionados à compensação das receitas de contribuições previdenciárias retidas nos Precatórios Compensados com os créditos da Secretaria da Fazenda pela assunção dos Precatórios expedidos contra o IPE PREV	25
2.3.3.1.7.1 – Registros na SEFAZ (Conversão de Receita)	26
2.3.3.1.7.2 – Registros no IPE PREV (Empenho da Despesa de Restituição e Reconhecimento da Receita de Contribuição Previdenciária)	26
2.3.3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS SUB-ROGAÇÃO.....	27
2.3.3.2.1 – Empenho	27
2.3.3.2.2 - Liquidação	27
2.3.3.2.3 - Retenções.....	28
2.3.3.2.4 – Pagamento	28
2.3.3.2.4.1 – Pagamento do principal (valor líquido do precatório)	29
2.3.3.2.4.2 – Pagamento das retenções incidentes sobre os precatórios	29
2.3.3.2.5 – Conversão de Receita (Reconhecimento da Receita Orçamentária de Dívida Ativa)	30
2.4 – Registros Intraorçamentários: Precatórios oriundos de Autarquias e Fundações	30
2.4.1 – Fundações dependentes de recursos do Tesouro	31
2.4.2 – Autarquias dependentes de recursos do Tesouro	31
2.4.3 – Autarquias e Fundações NÃO dependentes de recursos do Tesouro	31
2.4.4 – Análise da dependência ou não de Recursos do Tesouro	32
2.4.5 – Registro contábil quando houver requisição de ressarcimento (art. 8º IN CAGE)	32
2.4.6 – Registro contábil de Provisão do saldo devedor de Precatórios (art. 9º IN CAGE)	33
3 – REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPVs	34

3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	34
3.1.1 – Empenho	34
3.1.2 – Liquidação	35
3.1.3 – Retenções	35
3.1.4 – Contribuições ao INSS pagas pelos tribunais	36
3.1.5 – Pagamento	36
3.2 – Registro contábil do Sequestro Judicial de RPV	37
3.2.1 – Sequestro Judicial de RPV efetuado em conta bancária da SEFAZ	37
3.2.2 – Sequestro Judicial de RPV efetuado em conta bancária de Autarquia ou Fundação a partir de 01 de janeiro de 2020	37
3.2.3 – Regularização de sequestro judicial de RPV efetuado em conta bancária da SEFAZ	38
3.2.4 – Regularização de Sequestro Judicial de RPV efetuado em conta bancária de Autarquia ou Fundação, quando o sequestro ocorreu a partir de 01 de janeiro de 2020	39
3.2.4.1 – Procedimentos a serem efetuados pela SEFAZ.....	39
3.2.4.1.1 – Passivo baixado pelo pagamento	40
3.2.4.1.2 – Passivo baixado pela transação de transferência de receita	40
3.2.4.2 – Procedimentos a serem efetuados pela Autarquia ou Fundação	41
3.2.4.2.1 – Com Ressarcimento pela SEFAZ	41
3.2.4.2.2 – Sem Ressarcimento pela SEFAZ	41
3.3 – Registros Intraorçamentários: RPs oriundas de Autarquias e Fundações não dependentes de recursos do Tesouro.....	42
4 – OUTROS DÉBITOS JUDICIAIS	42
4.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	43
4.1.1 – Empenho	43
4.1.2 – Liquidação	43
4.1.3 – Retenções	44
4.1.4 – Pagamento	44
4.1.5 – Sequestro Judicial (exceto RPs)	44
4.1.6 – Regularização de sequestro judicial	45
5 – DEPÓSITOS JUDICIAIS	45
5.1 – Resultado: Despesa Definitiva	46
5.2 – Resultado: Devolução com Rendimentos	46
6 – RESTITUIÇÃO DE PRECATÓRIOS, RPs E OUTROS DÉBITOS JUDICIAIS	47
7 – DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS DE SEQUESTROS JUDICIAIS (ART. 13 DA IN CAGE)	47

7.1 – Desreconhecimento do saldo de sequestros judiciais registrados na conta contábil de Depósitos Judiciais	48
7.2 – Desreconhecimento do saldo de sequestros judiciais registrados nas contas contábeis de “Responsáveis por Pagamentos Irregulares” e “Sequestros Judiciais a Regularizar”	49

1 – INTRODUÇÃO

Este Guia de Lançamentos Contábeis tem por objetivo demonstrar os procedimentos orçamentários e contábeis relacionados aos Débitos Judiciais, a serem observados a partir do exercício de 2020, conforme Instrução Normativa CAGE nº 08, de 20 de dezembro de 2019.

Os lançamentos contábeis patrimoniais manuais ou gerados automaticamente serão demonstrados neste guia. Outros lançamentos, referentes aos controles da execução do planejamento e orçamento (grupo 6) e aos controles credores (grupo 8), não serão demonstrados, pois são automáticos e não são essenciais a orientação que se pretende.

1.1 – Débitos Judiciais

São todas as despesas das entidades do setor público em virtude de decisões judiciais, incluindo:

- a) Os precatórios;
- b) As requisições de pequeno valor – RPV;
- c) Outros débitos judiciais.

Os pagamentos devidos pelas entidades do setor público em virtude de sentenças judiciais devem ser efetuados por meio de precatórios ou por requisições de pequeno valor. A partir do exercício de 2020, os recursos para pagamento de precatórios e RPs serão consignados de forma centralizada no Órgão Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado. A **centralização** é decorrente de uma série de alterações na legislação, conforme segue:



As exceções à centralização são os doravante denominados como outros débitos judiciais, explicados no item

1.1.3, em que os recursos serão consignados no órgão ou entidade que deu origem ao débito.

1.1.1 – Precatórios

Precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988, excetuando-se os pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor, caso em que são expedidas Requisições de Pequeno Valor - RPVs.

O Estado do Rio Grande do Sul optou, por meio do Decreto Estadual nº 47.063/2010, pelo regime especial, depositando ao final de cada mês, em conta especial, o valor equivalente a 1,5% da Receita Corrente Líquida.

Contudo, o valor anual que o Estado repassa para a conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça é inferior aos novos precatórios que são inscritos a cada exercício. O resultado disso é que o Passivo de Precatórios cresceu, desde a instituição do regime especial (2010).

Visando diminuir este passivo de precatórios, o Estado editou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, que dispôs sobre a compensação de precatórios com dívida ativa de natureza tributária ou não tributária.

A anterior Instrução Normativa CAGE nº 03/2018, bem como o Guia de Lançamentos a ela vinculada precisaram ser revogados em razão da centralização explicada no item 1.1.

A partir do exercício de 2020 a execução orçamentária dos precatórios do Estado será efetuada pela Secretaria da Fazenda, independentemente da entidade devedora originária.

1.1.2 – Requisições de Pequeno Valor - RPVs

As RPVs são dívidas de pequeno valor, provenientes de ações judiciais transitadas em julgado, e eram emitidas quando os créditos não superavam 40 salários mínimos; entretanto, a partir da edição da Lei Estadual nº 14.757, de 16 de novembro de 2015, o limite para pagamento de RPVs passou a ser de 10 salários mínimos para as ações judiciais cujo trânsito em julgado tenha ocorrido depois desta data.

A partir do exercício de 2020 a execução orçamentária das RPVs será efetuada pela Secretaria da Fazenda, independentemente da entidade devedora originária.

1.1.3 – Outros Débitos Judiciais

A seguir, exemplifica-se casos de débitos judiciais que não estão inseridos em precatórios ou em RPVs:

- a) Os relacionados a ações judiciais na área da saúde, que representam saída de numerário sem a expedição de um requisitório, geralmente por meio de sequestro diretamente nas contas bancárias;
- b) Os decorrentes de acordos judiciais homologados, quando os pagamentos são efetuados administrativamente, por exemplo pelo parcelamento em folha de pagamento.

A execução orçamentária das obrigações oriundas de outros débitos judiciais, não inseridos em precatórios ou em RPVs, deverá ser efetuada pelo Órgão ou Entidade que deu origem ao débito.

2 – PRECATÓRIOS

Os procedimentos orçamentários e contábeis relacionados aos precatórios devem ser efetuados de forma centralizada no Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 03 - Sentenças Judiciárias, a partir do exercício de 2020.

Os procedimentos iniciais, de transição da execução descentralizada para centralizada, estão descritos no item 2.1.

2.1 – CENTRALIZAÇÃO DOS PRECATÓRIOS – PROCEDIMENTOS INICIAIS

Por força do art. 12 da IN CAGE nº 8/2019, as Autarquias e Fundações deverão promover o desreconhecimento dos respectivos ativos e passivos decorrentes de precatórios existentes até 31 de dezembro de 2019, transferindo o saldo dessas contas ao Estado (Órgão Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 03 - Sentenças Judiciárias).

Deve ser observado o disposto no art. 9º da mesma IN, que se refere ao reconhecimento de provisão no Passivo Não Circulante de Autarquia e Fundações não dependentes de recursos do tesouro (ver item 2.4).

2.1.1 – Desreconhecimento de Ativos e Passivos e Transferências de saldos para os Encargos Financeiros do Estado

O saldo devedor de precatórios está dividido em contas contábeis do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante. As contas do Passivo Circulante são de atributo financeiro, ou seja, registram dívidas oriundas da execução orçamentária. Dessa forma, para que ocorra o desreconhecimento dos saldos dessas contas, as Autarquias e Fundações devem proceder a Anulação de Restos a Pagar.

Em relação aos saldos das contas do Passivo Não Circulante (exceto a de provisão por precatórios compensados com dívida ativa), de atributo permanente, as autarquias e fundações devem realizar transação de transferência patrimonial para os encargos financeiros do estado.

Os Ativos e Passivos intraorçamentários registrados por força do art. 10 da IN CAGE nº 03, de 23 de maio de 2018 (revogada), que tratava dos precatórios compensados com dívida ativa, em que a entidade devedora originária era Autarquia ou Fundação, devem ser desreconhecidos.

2.1.1.1 – Lançamentos Contábeis relativos ao Desreconhecimento dos Passivos Circulantes de Precatórios

As Autarquias e Fundações, relativamente aos precatórios empenhados, liquidados ou não, deverão proceder a transação de Anulação de Restos a Pagar – ARP dos empenhos efetuados nos fatos contábeis 0110 e 0550.

A anulação de restos a pagar não processados não gera lançamento contábil patrimonial.

Os lançamentos contábeis demonstrados a seguir são gerados automaticamente no processamento da transação de Anulação de Restos a Pagar Processados:

a) Anulação de Restos a Pagar Processado – fato contábil 0110:

D – 2.1.1.1.1.04.02.0110 – Precatórios Judiciais a Pagar

C – 4.9.9.9.1.02.XX.XXXX – Anulação de Restos a Pagar

b) Anulação de Restos a Pagar Processado – fato contábil 0550:

D – 2.1.1.1.1.05.03.0550 – Precatórios Transferidos ao Tesouro

C – 4.9.9.9.1.02.XX.XXXX – Anulação de Restos a Pagar

2.1.1.2 – Lançamentos Contábeis relativos ao Desreconhecimento dos Passivos Não Circulantes de Precatórios

As Autarquias e Fundações, relativamente aos saldos nas contas de Passivo Não Circulante, deverão realizar a transação de transferência financeira patrimonial, por meio do seguinte caminho no FPE: Execução Despesa > Despesa Extraorçamentária > Transf. Financeira Patrimonial.

Os lançamentos contábeis demonstrados a seguir são gerados automaticamente:

a) Transferência Patrimonial do Saldo da Conta 2.2.1.1.1.03.02.0550:

UO origem (Autarquia ou Fundação)

D – 2.2.1.1.1.03.02.0550 – Precatórios de Pessoal

C – 4.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

UO Destino 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 3.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

C – 2.2.1.1.1.03.02.0550 – Precatórios de Pessoal

b) Transferência Patrimonial do Saldo da Conta 2.2.1.2.1.02.02.0308:

UO origem (Autarquia ou Fundação)

D – 2.2.1.2.1.02.02.0308 – Precatórios de Benefícios Previdenciários

C – 4.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

UO Destino 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 3.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

C – 2.2.1.2.1.02.02.0308 – Precatórios de Benefícios Previdenciários

c) Transferência Patrimonial do Saldo da Conta 2.2.3.1.1.06.02.0309:

UO origem (Autarquia ou Fundação)

D – 2.2.3.1.1.06.02.0309 – Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

C – 4.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

UO Destino 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 3.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

C – 2.2.3.1.1.06.02.0309 – Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

d) Transferência Patrimonial do Saldo da Conta 2.2.7.9.1.99.01.0308:

UO origem (Autarquia ou Fundação)

D – 2.2.7.9.1.99.01.0308 – Provisão de Precatórios de Benefícios Previdenciários

C – 4.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

UO Destino 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 3.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

C – 2.2.7.9.1.99.01.0308 – Provisão de Precatórios de Benefícios Previdenciários

e) Transferência Patrimonial do Saldo da Conta 2.2.7.9.1.99.01.0309:

UO origem (Autarquia ou Fundação)

D – 2.2.7.9.1.99.01.0309 – Provisão de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

C – 4.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

UO Destino 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 3.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

C – 2.2.7.9.1.99.01.0309 – Provisão de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

f) Transferência Patrimonial do Saldo da Conta 2.2.7.9.1.99.01.0550:

UO origem (Autarquia ou Fundação)

D – 2.2.7.9.1.99.01.0550 – Provisão de Precatórios de Pessoal

C – 4.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

UO Destino 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 3.5.1.2.2.02.99.0142 – Transferências Patrimoniais

C – 2.2.7.9.1.99.01.0550 – Provisão de Precatórios de Pessoal

2.1.1.3 – Lançamentos Contábeis relativos ao Desreconhecimento dos Ativos e Passivos Intraorçamentários de Precatórios compensados com dívida ativa

Os ativos e passivos intraorçamentários relacionados aos precatórios compensados com dívida ativa e registrados por força do art. 10 da IN CAGE nº 03/2018 (revogada) devem ser desreconhecidos, em razão do disposto no art. 12 da IN CAGE nº 08/2019.

Entretanto, tanto os precatórios pagos pela SEFAZ, quanto os compensados com dívida ativa, quando o devedor originário for Autarquia ou Fundação que não dependa de recursos do Tesouro ou Autarquia dependente do recurso do Tesouro e que não estiver dispensada do ressarcimento (ver item 2.4) devem efetuar os registros contábeis de passivo de provisão indicados no item 2.4.6.

Os lançamentos contábeis devem ser efetuados de forma manual (SLIP).

a) Desreconhecimento de Ativos:

UO 33.03 (Encargos Financeiros do Estado)

D – 2.3.7.1.1.03.01.0369 – Ajuste de Exercícios Anteriores

C – 1.2.1.2.1.98.99.0552 – Créditos com Autarquias e Fundações – Precatórios Compensados com Dívida Ativa

b) Desreconhecimento de Passivos:

Autarquias e Fundações

D – 2.2.7.9.1.99.01.0552 – Provisão por Precatórios Compensados com Dívida Ativa

C – 2.3.7.1.1.03.01.0369 – Ajuste de Exercícios Anteriores

2.2 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO

O reconhecimento do precatório ocorre com a sua inscrição no Passivo Não Circulante, a débito de Variação Patrimonial Diminutiva, a partir das informações enviadas pelos Tribunais sobre os precatórios requisitados no exercício.

A mensuração também depende de informação dos Tribunais, uma vez que eles detêm a competência da inscrição, da atualização, do pagamento, bem como o controle dos demais motivos que acresçam ou reduzam o passivo de precatórios.

O passivo total de precatórios deve ser evidenciado pela soma dos valores que estão registrados no Passivo Circulante (precatórios empenhados e liquidados) com os que permanecem no Passivo Não Circulante.

Recomenda-se que informações adicionais, quando disponíveis, sejam evidenciadas e divulgadas em Notas Explicativas, tais como:

- Saldo devedor por Tribunal;

- Inscrição no exercício;
- Informações sobre precatórios que representem percentual relevante sobre o saldo total;
- Baixas por pagamento;
- Baixas por compensação com dívida ativa;
- Acréscimos decorrentes de atualização (correção monetária e juros);
- Outros acréscimos e reduções do saldo devedor.

A seguir serão demonstrados os principais lançamentos contábeis relacionados ao reconhecimento, mensuração e evidenciação do Passivo de Precatórios.

2.2.1 – Inscrição dos Novos Precatórios

Por ocasião do recebimento do ofício de requisição de precatórios, devem ser efetuados os seguintes lançamentos contábeis:

a) Precatório de Pessoal

UO 33.03

D – 3.6.4.1.1.01.01.0550 – Inscrição de Precatórios Judiciais

C – 2.2.1.1.1.03.02.0550 – Precatórios de Pessoal – Regime Especial

b) Precatório de Benefícios Previdenciários

UO 33.03

D – 3.6.4.1.1.01.01.0308 – Inscrição de Precatórios Judiciais

C – 2.2.1.2.1.02.02.0308 – Precatórios de Benefícios Previdenciários – Regime Especial

c) Demais precatórios (desapropriação, fornecedores, outras contas a pagar)

UO 33.03

D – 3.6.4.1.1.01.01.0309 – Inscrição de Precatórios Judiciais

C – 2.2.3.1.1.06.02.0309 – Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

2.2.2 – Atualização do Saldo Devedor

A atualização do saldo devedor deve ser efetuada na data do encerramento do exercício (31-12), a partir das informações recebidas dos Tribunais.

Inicialmente deve-se apurar a diferença entre o saldo total atualizado e o somatório dos saldos contábeis preexistentes nas contas de Passivo Circulante e Não Circulante de Precatórios (fatos contábeis 0110, 0550, 0308 e 0309).

O resultado positivo ou negativo dessa apuração deve ser registrado, conforme abaixo:

a) Resultado positivo

Precatório de Pessoal

UO 33.03

D – 3.6.4.1.1.01.01.0550 – Inscrição de Precatórios Judiciais

C – 2.2.1.1.1.03.02.0550 – Precatórios de Pessoal – Regime Especial

Precatório de Benefícios Previdenciários

UO 33.03

D – 3.6.4.1.1.01.01.0308 – Inscrição de Precatórios Judiciais

C – 2.2.1.2.1.02.02.0308 – Precatórios de Benefícios Previdenciários – Regime Especial

Demais precatórios (desapropriação, fornecedores, outras contas a pagar)

UO 33.03

D – 3.6.4.1.1.01.01.0309 – Inscrição de Precatórios Judiciais

C – 2.2.3.1.1.06.02.0309 – Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

b) Resultado negativo

Precatórios de Pessoal

UO 33.03

D - 2.2.1.1.1.03.02.0550 – Precatórios de Pessoal – Regime Especial

C - 4.6.4.1.1.01.04.0550 – Baixa de Precatórios de Pessoal

Precatórios de Benefícios Previdenciários

UO 33.03

D - 2.2.1.2.1.02.02.0308 - Precatórios de Benefícios Previdenciários – Regime Especial

C - 4.6.4.1.1.01.04.0308 - Baixa de Precatórios de Benefícios Previdenciários

Demais precatórios (desapropriação, fornecedores, outras contas a pagar)

UO 33.03

D - 2.2.3.1.1.06.02.0309 - Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

C - 4.6.4.1.1.01.04.0309 - Baixa de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar

2.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS PAGOS PELOS TRIBUNAIS

A seguir serão apresentados os critérios a serem utilizados na execução orçamentária dos precatórios pagos pelos Tribunais: Empenho, Liquidação, Retenções e Pagamento.

Os critérios a serem utilizados no empenho prévio ao pagamento, no caso dos precatórios expedidos pelo TJ/RS, estão demonstrados no item 2.3.1. No caso de empenhos posteriores ao pagamento (para regularização) e no caso de precatórios expedidos pelo **TRT ou TRF**, os critérios a serem utilizados estão demonstrados no item 2.3.2.

2.3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS EXPEDIDOS PELO TJ/RS – EMPENHO PRÉVIO AO PAGAMENTO

A partir de 2018, o TJ/RS passou a utilizar o FPE para pagamento de precatórios de sua competência, o que melhorou a informação contábil, uma vez que o pagamento está vinculado ao respectivo empenho/liquidação.

2.3.1.1 – Empenho

Unidade Orçamentária - O Empenho deve ser efetuado na UO 33.03 – Encargos Financeiros do Estado, independente da entidade devedora originária do precatório.

Fato Contábil – Utilizar o fato contábil **0550** – Precatórios a Pagar.

Recurso - Utilizar o recurso 0007 para os precatórios pagos por ordem cronológica e o recurso 0008 para os pagos por acordos diretos (via câmara de conciliação) ou outras modalidades.

Natureza de Despesa - Varia de acordo com o objeto da ação judicial, devendo ser consultadas as possibilidades no seguinte caminho do FPE: Contabilidade/ Itens Contabilidade / Fato Contábil/ Aba Natureza Despesa.

O empenho não gera lançamentos contábeis patrimoniais.

2.3.1.2 - Liquidação

A liquidação deve ser efetuada na **tesouraria 19.31**, quando o empenho for prévio e o precatório tiver sido expedido pelo Tribunal de Justiça/RS.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 3.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva (específica para cada NAD)

C – 2.1.1.1.1.04.02.0550 – Precatórios Judiciais a Pagar

2.3.1.3 - Retenções

As retenções devem ser efetuadas no momento da Liquidação e serão direcionadas à tesouraria 19.31.

Seguem as classificações de receita que devem ser utilizadas:

5450.01.01.0001 (código de retenção 0700) – Contribuição Previdenciária para o IPE PREV

5450.01.01.0002 (código de retenção 0701) – Contribuição Previdenciária para o INSS

5450.01.02.0001 (código de retenção 0702) – Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE

5450.02.01.0001 (código de retenção 0703) – Retenção de Imposto de Renda

5450.03.01.0001 (código de retenção 0704) – Retenção para repasse financeiro ao procurador do credor do precatório

5450.03.01.0002 (código de retenção 0705) – Retenção para honorários contratuais

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente pela transação de retenção:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 2.1.1.1.1.04.02.0550 – Precatórios Judiciais a Pagar

C – 2.1.8.8.1.01.xx.0039 – Passivo Circulante (conta específica para cada Retenção)

2.3.1.4 – Pagamento

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente, pelo pagamento no FPE:

a) Pagamento:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 2.1.1.1.1.04.02.0550 – Precatórios Judiciais a Pagar

C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

2.3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EMPENHO POSTERIOR AO PAGAMENTO (REGULARIZAÇÃO)

Os critérios demonstrados neste item devem ser observados no caso de empenhos efetuados posteriormente ao pagamento (para regularização).

É o caso dos precatórios expedidos pelo **TRT** e pelo **TRF**. Esse item também deve ser observado no caso de precatório expedido pelo TJ/RS, quando o pagamento tiver ocorrido antes do empenho.

2.3.2.1 – Empenho

Unidade Orçamentária - O Empenho deve ser efetuado na UO 33.03 – Encargos Financeiros do Estado, independente da entidade devedora originária do precatório.

Fato Contábil – Utilizar o fato contábil **0110** – Precatórios Judiciais a Pagar.

Recurso - Deverá ser utilizado o recurso 0007 para os precatórios pagos por ordem cronológica e o recurso 0008 para os pagos por acordo ou outras modalidades.

Natureza da Despesa - A natureza de despesa varia de acordo com o objeto da ação judicial, devendo ser consultadas as possibilidades no seguinte caminho do FPE: Contabilidade/ Itens Contabilidade / Fato Contábil/ Aba Natureza Despesa.

O empenho não gera lançamentos contábeis patrimoniais.

2.3.2.2 - Liquidação

A liquidação deve ser efetuada na **tesouraria 19.32**, quando o empenho for efetuado posterior ao pagamento (precatórios expedidos pelo TRT e pelo TRF).

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

D – 3.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva (Específico para cada NAD) C –
2.1.1.1.1.04.02.0110 – Precatórios Judiciais a Pagar

2.3.2.3 - Retenções

As retenções devem ser efetuadas no momento da Liquidação, com observância das seguintes classificações de receita:

Retenções Legais:

5220.01.01.0006 (código de retenção 0289) - Contribuição Previdenciária para o IPE PREV

5220.01.01.0007 (código de retenção 0290) - Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE

5220.01.01.0008 (código de retenção 0298) - Contribuição Previdenciária para o INSS

5411.08.01.0004 (código de retenção 0505) - Retenção de Imposto de Renda

Retenção para fins de Regularização:

5490.01.01.0030 (código de retenção 0543) – Retenção de Precatório pago pelo Tesouro

Inicialmente devem ser efetuadas as retenções legais. O valor líquido restante deve ser retido na classificação de receita 5490.01.01.0030 que será utilizada para fins de regularização.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

D – 2.1.1.1.1.04.02.0110 – Precatórios Judiciais a Pagar

C – 2.1.8.8.1.01.xx.0039 – Passivo Circulante (Conta Específica para cada Retenção)

2.3.2.4 – Contribuições ao INSS pagas pelos tribunais

Nos casos em que o tribunal efetuar diretamente o repasse ao INSS das contribuições do segurado e da patronal, os seguintes procedimentos devem ser realizados:

Contribuição do Segurado:

O valor da contribuição do segurado deverá ser somado ao valor líquido pago ao beneficiário do precatório, não sendo necessário registrar retenção no FPE.

Contribuição Patronal:

O valor da contribuição patronal deverá ser empenhado na NAD 3.1.90.91.9108 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA - INSS S/PRECATORIOS e RPs. O credor do empenho deverá ser o tribunal que efetuou o pagamento, e não o INSS. O valor total do empenho deverá ser retido no código 0543 RETENÇÃO PRECAT PAGOS PELO TESOURO.

2.3.2.5 – Pagamento

A execução orçamentária se encerra com as retenções, uma vez que o valor líquido precatório (após retenções legais) foi retido na classificação 5490.01.01.0030. Após efetuadas as retenções, deve ser providenciada a regularização.

As transações para regularização estão demonstradas no item 2.3.2.6.

2.3.2.6 – Regularização

As classificações de receitas demonstradas no item 2.3.2.3 devem ser utilizadas na regularização de pagamentos inicialmente registrados como “pagamento por devedor”.

A transação de regularização gera o seguinte lançamento contábil automaticamente:

D – 2.1.8.8.1.01.xx.0039 – Passivo Circulante (conta específica para cada retenção)

C – 1.1.3.4.1.01.99.0030 – Devedores

2.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS COMPENSADOS COM DÍVIDA ATIVA

A seguir serão apresentados os critérios a serem utilizados na execução orçamentária dos precatórios compensados com dívida ativa (Empenho, Liquidação, Retenções e Pagamento), seja via Programa COMPENSA ou via precatórios sub-rogação.

2.3.3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PROGRAMA COMPENSA

Autorizado pela Lei Estadual nº 15.038/17 e instituído pelo Decreto nº 53.974/18, o Programa COMPENSA visa a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações, próprios ou de terceiros.

2.3.3.1.1 – Empenho

Unidade Orçamentária - O Empenho deve ser efetuado na UO 33.03 – Encargos Financeiros do Estado, independente da entidade devedora originária do precatório.

Fato Contábil – Utilizar o fato contábil **0552** – Precatórios Compensados com Dívida Ativa.

Recurso - Deverá ser utilizado o recurso **0009** - PRECATORIOS COMPENSADOS COM DIVIDA ATIVA - ART. 105 DO ADCT/CF.

Natureza da Despesa - A natureza de despesa varia de acordo com o objeto da ação judicial, devendo ser consultadas as possibilidades no seguinte caminho do FPE: Contabilidade/ Itens Contabilidade / Fato Contábil.

O empenho não gera lançamentos contábeis patrimoniais.

2.3.3.1.2 - Liquidação

A liquidação deve ser efetuada concomitante ao empenho, com base na documentação que comprove a homologação da compensação com dívida ativa.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03: Encargos Financeiros do Estado

D – 3.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva (Específico para cada NAD)

C – 2.1.1.1.1.04.02.0552 – Precatórios a Compensar com Dívida Ativa

2.3.3.1.3 - Retenções

As retenções devem ser efetuadas concomitantemente com Liquidação, baseadas na documentação comprobatória da homologação da compensação com dívida ativa.

Primeiramente devem ser efetuadas as retenções legais, conforme as respectivas classificações de receita demonstradas a seguir:

5460.01.01.0001 (código de retenção 0800) – Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE

5460.01.01.0002 (código de retenção 0801) – Contribuição Previdenciária para o INSS

5460.01.02.0001 (código de retenção 0802) – Contribuição Previdenciária para o IPE PREV

5460.01.02.0003 (código de retenção 0803) – Retenção de Imposto de Renda

O **valor líquido restante** deve ser retido na seguinte classificação de Receita:

5460.01.02.0002 (código de retenção 0804) – Precatório compensado com Dívida Ativa – Valor Líquido a converter para Receita Orçamentária

A classificação de receita acima deve ser convertida para as classificações de receitas orçamentárias correspondentes às Dívidas Ativas compensadas.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente no momento da retenção:

D – 2.1.1.1.1.04.02.0552 – Precatórios a compensar com Dívida Ativa

C – 2.1.8.8.1.01.xx.0039 – Passivo Circulante (Conta Específica para cada Retenção)

2.3.3.1.4 – Pagamento

O registro orçamentário do pagamento nos casos dos precatórios compensados com dívida ativa é demonstrado por meio das retenções, pois o valor total das retenções deve corresponder ao valor bruto do precatório, conforme explicado no item precedente.

Dessa forma, não haverá desembolso financeiro no pagamento do valor líquido do precatório, em razão da compensação com Dívida Ativa a ser registrada conforme explicado nos itens 2.3.3.4.1 e 2.3.3.5 deste Guia.

No entanto, haverá desembolso financeiro para algumas retenções incidentes sobre precatórios, conforme explicado no item 2.3.3.4.2.

2.3.3.1.4.1 – Pagamento do principal (valor líquido do precatório)

Para os precatórios compensados com dívida ativa não haverá o registro do pagamento, pois o valor líquido do precatório será retido na classificação de receita 5461.01.02.0002 que posteriormente deverá ser convertida para as classificações de receitas orçamentárias correspondentes à Dívida Ativa Compensada, conforme demonstrado no item 2.3.3.5.

2.3.3.1.4.2 – Pagamento das retenções incidentes sobre os precatórios

As retenções legais incidente sobre precatórios deverão ser repassadas aos órgãos credores com a utilização dos recursos livres do tesouro, em razão do disposto no § 4º do art. 8º do Decreto Estadual nº 53.974/2018:

§ 4º - *As retenções legais obrigatórias serão repassadas aos órgãos credores em até trinta dias, contados da homologação da compensação, com a utilização dos recursos livres do Estado.*

Dessa forma, haverá o efetivo desembolso financeiro para o pagamento das retenções relacionadas à Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE – FAS (5460.01.01.0001 - código de retenção 0800) e à Contribuição Previdenciária para o INSS 5460.01.01.0002 (código de retenção 0801).

No entanto, não haverá desembolso financeiro oriundo de retenções de Imposto de Renda (5460.01.02.0003 - código de retenção 0803), por constituir receita do Estado e, portanto, deverá ser efetuada a conversão para uma receita orçamentária, conforme explicado no item 2.3.3.5.1.

Também não haverá desembolso financeiro oriundo de retenções de Contribuição Previdenciária para o IPE PREV (5460.01.02.0001 - código de retenção 0802), em razão da conversão de receita a ser efetuada, conforme explicado no item 2.3.3.7.

2.3.3.1.5 – Conversão de Receita (Reconhecimento da Receita Orçamentária de Dívida Ativa)

A partir da homologação da compensação, e com base na informação da Dívida Ativa que foi compensada, deve ser efetuada a transação de conversão de receita da classificação 5460.01.02.0002 para uma das classificações de receita orçamentária de Dívida Ativa específicas para compensação com precatórios, vinculadas ao recurso 0009:

1112.53.1.3.0011 – DIVIDA ATIVA ITBI - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017

1112.51.1.3.0101– DIVIDA ATIVA IPVA - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017

1114.50.1.3.0102– DIVIDA ATIVA ICMS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017

1112.52.1.3.0011– PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA

1122.01.1.3.0199 – DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - COMPENS COM PRECATORIO - LEI 15038-2017

1999.99.2.3.0199 – DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017

O lançamento contábil demonstrado a seguir será gerado automaticamente:

D – 2.1.8.8.1.01.99.0039 – Passivo Circulante de Retenções - OUTROS CONSIGNATARIOS

C – 1.1.2.5.1.99.01.0109/1.1.2.6.1.99.01.0159– Dívida Ativa Tributária ou Não Tributária

2.3.3.1.5.1 – Conversão de Receita (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF)

Com a homologação da compensação, também deve ser reconhecida como receita orçamentária a retenção de IRRF incidente sobre o precatório compensado. Essa retenção é oriunda da tabela 0803, conforme consta no item 2.3.3.3 deste Guia.

Portanto, deve ser efetuada a transação de conversão de Receita da 5460.01.02.0003 para a 1113.03.4.1.0036.

O lançamento contábil demonstrado a seguir será gerado automaticamente:

D – 2.1.8.8.3.01.04.0039 – Passivo Circulante Retenção IR

C – 4.1.1.2.1.03.02.0004– Variação Patrimonial Aumentativa – IRRF

2.3.3.1.6 – Transferência entre Recursos (Diferença entre o valor bruto e o valor líquido do precatório)

A contabilização da compensação de precatórios com dívida ativa é efetuada orçamentariamente, com a utilização do **recurso 009**. O passivo potencial desse recurso é baixado pelo empenho do precatório e o ingresso ocorre pelo registro da receita orçamentária da dívida ativa. Ocorre que o empenho é efetuado pelo valor bruto do precatório e a dívida ativa é registrada pelo valor líquido, o que resulta no saldo negativo do recurso 009.

Por isso, concomitantemente às transações de conversões de receita demonstradas no item 2.3.3.5.1, deve ser efetuada a transação de transferência entre recursos, do **recurso 001** para o 009, referente à diferença entre o valor bruto do precatório e o valor líquido do mesmo.

A transação de transferência entre recursos não gera lançamentos contábeis automáticos. Por isso, devem ser realizados os seguintes lançamentos contábeis manuais (SLIP):

D – 7.2.1.1.1.01.01.0464 – Controle da DDR

C – 8.2.1.1.1.01.01.0464 (Análise Recurso 009) – DDR

D – 8.2.1.1.1.01.01.0464 (Análise Recurso 001) – DDR

C – 7.2.1.1.1.01.01.0464 – Controle da DDR

2.3.3.1.7 – Registros contábeis relacionados à compensação das receitas de contribuições previdenciárias retidas nos Precatórios Compensados com os créditos da Secretaria da Fazenda pela assunção dos Precatórios expedidos contra o IPE PREV

O Decreto Estadual nº 53.974/2018 dispôs que o crédito originado pela assunção dos precatórios expedidos contra o IPE PREV será compensado com as contribuições previdenciárias da autarquia que incidirem sobre os precatórios compensados. Ou seja, o valor que for retido na classificação de receita nº 5460.01.02.0001 (código de retenção 0802 - Contribuição Previdenciária para o IPE PREV), conforme item 2.3.3.3, **não deve ser repassado financeiramente ao IPE PREV**.

Dessa forma, devem ser efetuados os procedimentos expostos nos itens 2.3.3.7.1 (SEFAZ) e 2.3.3.7.2 (IPE PREV) para que ocorra: 1) O Reconhecimento de Receita de Restituição na SEFAZ (Restituição parcial do

precatório assumido); 2) O Reconhecimento da Receita Orçamentária da Contribuição previdenciária retida no Precatório, no IPE PREV, 3) O Reconhecimento da despesa, no IPE PREV, da Restituição (parcial) do Precatório.

2.3.3.1.7.1 – Registros na SEFAZ (Conversão de Receita)

O valor retido à título de contribuição previdenciária incidente sobre o precatório compensado ficou registrado na classificação de receita extraorçamentária nº 5460.01.02.0001 (código de retenção 0802 - Contribuição Previdenciária para o IPE PREV). Esse valor, por ter sido compensado com o crédito oriundo da assunção do precatório expedido contra o IPE PREV, deve ser convertido para uma Receita Intraorçamentária de Restituição.

Portanto, deve ser efetuada a transação de conversão de Receita da 5460.01.02.0001 para a 7928.02.9.1.0018.

O lançamento contábil demonstrado a seguir será gerado automaticamente:

D – 2.1.8.8.2.01.01.0039 – Passivo Circulante Retenção ao RPPS

C – 4.9.9.6.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Aumentativa – Restituições

2.3.3.1.7.2 – Registros no IPE PREV (Empenho da Despesa de Restituição e Reconhecimento da Receita de Contribuição Previdenciária)

O valor retido de contribuição previdenciária incidente sobre o precatório compensado deve ser reconhecido como Receita Orçamentária no IPE PREV, de forma concomitante ao reconhecimento da despesa de restituição ao Estado, visto que não há o efetivo ingresso financeiro, em razão da compensação explicada no item 2.3.3.7.

Portanto, o IPE PREV deverá empenhar e liquidar a Despesa de Restituição na Natureza de Despesa 3.3.91.93.9346 (fato contábil 049, credor 19) e reter integralmente o valor na **tabela 0309** que gerará registro na Classificação de Receita Orçamentária nº 1218.01.4.1.0027.

Os lançamentos contábeis demonstrados a seguir serão gerados automaticamente:

D – 3.9.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva – Restituições

C – 2.1.x.x.x.xx.xx.x049 – Passivo Circulante

e

D – 2.1.x.x.x.xx.xx.x049 – Passivo Circulante

C – 4.2.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuição Previdenciária

2.3.3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PRECATÓRIOS SUB-ROGAÇÃO

Com base na Resolução PGE nº 133/2018, a sub-rogação de precatórios visa a compensação de débitos inscritos em dívida ativa, de natureza tributária ou de outra natureza, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações. Na modalidade precatórios sub-rogação, os débitos inscritos em dívida ativa após 25 de março de 2015 poderão ser objeto de compensação.

2.3.3.2.1 – Empenho

Unidade Orçamentária - O Empenho deve ser efetuado na UO 33.03 – Encargos Financeiros do Estado, independente da entidade devedora originária do precatório.

Fato Contábil – Utilizar o fato contábil **0570** – PRECATORIOS SUB-ROGAÇÃO

Recurso - Deverá ser utilizado recurso livre do Tesouro, a exemplo dos recursos **0001**, **0002** e **0006**.

Natureza da Despesa - A natureza de despesa (NAD) varia de acordo com o objeto da ação judicial, devendo ser consultadas as possibilidades no seguinte caminho do FPE: Execução Despesa – Empenho – Natureza Despesa.

O empenho não gera lançamentos contábeis patrimoniais.

2.3.3.2.2 - Liquidação

A liquidação deve ser efetuada na tesouraria 19.31, concomitante ao empenho, com base na documentação que comprove a homologação da compensação com dívida ativa.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03: Encargos Financeiros do Estado

D – 3.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva (específica para cada NAD)

C – 2.1.1.1.1.04.02.0570 – PRECATORIOS SUB-ROGACAO

2.3.3.2.3 - Retenções

As retenções devem ser efetuadas concomitantemente com a liquidação, baseadas na documentação comprobatória da homologação da compensação com dívida ativa.

Primeiramente devem ser efetuadas as retenções legais, conforme as respectivas classificações de receita demonstradas a seguir:

5450.01.02.0001 (código de retenção 0702) – Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE

5450.01.01.0002 (código de retenção 0701) – Contribuição Previdenciária para o INSS

5450.01.01.0001 (código de retenção 0700) – Contribuição Previdenciária para o IPE PREV

5450.02.01.0001 (código de retenção 0703) – Retenção de Imposto de Renda

O **valor líquido restante** deve ser retido na seguinte classificação de Receita:

5460.01.02.0004 (código de retenção 0776) – RETENCAO PRECATORIOS SUB-ROGACAO

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente no momento das retenções:

D – 2.1.1.1.1.04.02.0570 – PRECATORIOS SUB-ROGACAO

C – 2.1.8.8.X.01.xx.0039 – Passivo Circulante (Conta Específica para cada Retenção)

2.3.3.2.4 – Pagamento

O registro orçamentário do pagamento nos casos dos precatórios compensados com dívida ativa é demonstrado por meio das retenções, pois o valor total das retenções deve corresponder ao valor bruto do precatório, conforme explicado no item precedente.

2.3.3.2.4.1 – Pagamento do principal (valor líquido do precatório)

O valor líquido do precatório, retido na classificação de receita 5460.01.02.0004, será baixado via nota financeira utilizada para o pagamento da guia de arrecadação do tributo a ser compensado. Portanto, no momento do recolhimento da guia, haverá o reconhecimento da receita orçamentária do tributo compensado.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente no momento do pagamento da nota financeira:

D – 2.1.1.1.1.04.02.0570 – PRECATORIOS SUB-ROGACAO

C – 1.1.1.1.1.xx.01.00xx – CONTA ÚNICA / BANCO CONTA MOVIMENTO

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente no momento do recolhimento da guia de arrecadação:

D – 1.1.1.1.1.xx.01.00xx – CONTA ÚNICA / BANCO CONTA MOVIMENTO

C – 4.1.1.x.x.xx.01.0004 – VPA DO TRIBUTOS COMPENSADO

2.3.3.2.4.2 – Pagamento das retenções incidentes sobre os precatórios

As retenções legais incidentes sobre precatórios deverão ser repassadas aos órgãos credores com a utilização dos recursos livres do Tesouro.

Dessa forma, haverá o efetivo desembolso financeiro para o pagamento das retenções relacionadas à Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE – FAS (5450.01.02.0001 - código de retenção 0702), à

Contribuição Previdenciária para o IPE PREV (5450.01.01.0001 - código de retenção 0700), e à Contribuição Previdenciária para o INSS (5450.01.01.0002 - código de retenção 0701).

No entanto, não haverá desembolso financeiro oriundo da retenção de Imposto de Renda (5450.02.01.0001 - código de retenção 0703), por constituir receita do Estado, portanto, deverá ser efetuada a conversão para uma receita orçamentária, conforme explicado no item 2.3.3.2.5.

2.3.3.2.5 – Conversão de Receita (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF)

Com a homologação da compensação, também deve ser reconhecida como receita orçamentária a retenção de IRRF incidente sobre o precatório compensado. Essa retenção é oriunda da tabela 0703, conforme consta no item 2.3.3.2.3 deste Guia.

Portanto, deve ser efetuada a transação de conversão da receita 5450.02.01.0001 para a receita 1113.03.4.1.0036.

O lançamento contábil demonstrado a seguir será gerado automaticamente:

D – 2.1.8.8.1.01.04.0039 – Passivo Circulante

C – 4.1.1.2.x.xx.xx.xxx – Variação Patrimonial Aumentativa – IRRF

2.4 – Registros Intraorçamentários: Precatórios oriundos de Autarquias e Fundações

Os procedimentos descritos neste item são os que se referem aos art. 8º e 9º da IN CAGE nº 08/2019, que dispõem sobre o ressarcimento previsto no art. 4º da IN SEFAZ nº 01/2019, copiado abaixo:

Art. 4º A autarquia ou a fundação que deu origem ao Precatório ou à RPV poderá ser requisitada, pela Secretaria da Fazenda, a ressarcir o valor total da despesa, por meio de transferência de numerário.

§ 1º Das autarquias e fundações do Estado arrecadoras de recursos próprios, a transferência de numerário se dará trimestralmente, conforme valores e rotinas estabelecidos em relatórios emitidos pelo Tesouro do Estado.

§ 2º A transferência de numerário de autarquia do Estado poderá ser dispensada, por ato da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira, quando a entidade for dependente de recursos do Tesouro.

§ 3º Das fundações do Estado dependentes dos recursos do Tesouro não será exigida a transferência de numerário.

Importante destacar que o art. 8º, que orienta o registro contábil quando iniciada a requisição de ressarcimento pela SEFAZ às autarquias e fundações devedoras originárias de Precatórios e RPs, enquanto o art. 9º trata do saldo total devedor de precatórios, que deverá ser registrado no passivo não circulante da Autarquia e Fundação, quando essa não estiver dispensada, conforme será explicado na sequência.

2.4.1 – Fundações dependentes de recursos do Tesouro

Conforme § 3º do art. 4º da IN SEFAZ nº 01/2019, as Fundações do Estado dependentes dos recursos do Tesouro estão dispensadas do ressarcimento.

Dessa forma, as Fundações do Estado que tiverem esse enquadramento não devem realizar lançamentos contábeis intraorçamentários previstos nos itens 2.4.5 e 2.4.6.

2.4.2 – Autarquias dependentes de recursos do Tesouro

Conforme § 2º do art. 4º da IN SEFAZ nº 01/2019, as Autarquias do Estado dependentes dos recursos do Tesouro poderão ser dispensadas do ressarcimento por ato da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira – JUNCOF.

Dessa forma, as Autarquias do Estado dependentes do recurso do tesouro e que estiverem dispensadas do ressarcimento por ato da JUNCOF não devem realizar lançamentos contábeis intraorçamentários previstos nos itens 2.4.5 e 2.4.6.

2.4.3 – Autarquias e Fundações NÃO dependentes de recursos do Tesouro

Conforme art. 4º da IN SEFAZ nº 01/2019, as Autarquias e Fundações do Estado não dependentes de recursos do Tesouro serão requisitadas ao ressarcimento das despesas de Precatórios e RPs que deram origem.

Além disso, as Autarquias dependentes de recursos do Tesouro que não estiverem dispensadas por ato da JUNCOF também poderão ser requisitadas ao ressarcimento.

Dessa forma, as Autarquias e Fundações não dispensadas deverão efetuar os lançamentos contábeis intraorçamentários previstos nos itens 2.4.5 e 2.4.6.

2.4.4 – Análise da dependência ou não de Recursos do Tesouro

Para análise do enquadramento de dependente ou não dependente de recursos do Tesouro, deve ser verificado com que recurso a Autarquia ou Fundação executa a sua Despesa com Pessoal (GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA 01 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – GND 01).

Caso seja utilizado recurso próprio* (7XXX para Fundações, 8XXX para Autarquias), a entidade é não dependente dos recursos do Tesouro. Caso seja utilizado recursos do tesouro (0001 ou outro recurso do tesouro), a entidade é dependente.

***Exceção:** O IPE PREV recebe recursos para cobertura de déficit o que gera receita intraorçamentária no recurso 8XXX. Por isso, independentemente do recurso utilizado para o GND 01, o IPE PREV deve ser enquadrado como dependente de recursos do Tesouro.

2.4.5 – Registro contábil quando houver requisição de ressarcimento (art. 8º IN CAGE)

Conforme art. 8º da IN CAGE nº 08/2019, a Autarquia ou Fundação deve reconhecer uma obrigação perante o Estado no Passivo Circulante, quando:

- a) forem requisitadas a efetuar o seu ressarcimento, conforme previsto no art. 4º da Instrução Normativa SEFAZ nº 01/2019; e
- b) não efetuarem a transferência de numerário até o término do exercício em que for requisitado o ressarcimento.

O Estado deverá reconhecer um Ativo Circulante quando requisitar o ressarcimento e não o receber até o encerramento do exercício.

Ou seja, os registros contábeis só devem ser efetuados por ocasião do encerramento de cada exercício, caso haja obrigações pendentes de Autarquia ou Fundação perante o Estado, referentes a pedidos de ressarcimento de Precatórios e RPVs.

Os lançamentos contábeis devem ser efetuados de forma manual (SLIP).

a) Reconhecimento do Passivo em Autarquias e Fundações

Autarquias e Fundações

D – 3.9.9.6.2.01.01.0008 – Restituição de despesas Intraorçamentárias

C – 2.1.8.9.2.01.02.0550 – Despesa de Precatórios a ressarcir ao Tesouro

b) Reconhecimento do Ativo no Estado

UO 33.03 Encargos Gerais do Estado

D – 1.1.3.8.2.01.01.0550 – Requisições de Ressarcimento de Precatórios de Autarquias e Fundações a Receber

C – 4.9.9.6.2.01.01.004 – Restituição de despesas Intraorçamentárias

2.4.6 – Registro contábil de Provisão do saldo devedor de Precatórios (art. 9º IN CAGE)

Conforme art. 9º da IN CAGE nº 08/2019, a Autarquia ou Fundação deve reconhecer uma Provisão no Passivo Não Circulante, quando:

- a) não forem dependentes de recursos do Tesouro (verificar item 2.4.4); e
- b) mesmo dependente de recursos do Tesouro, a Autarquia não estiver dispensada do ressarcimento, por ato da JUNCOF (ver item 2.4.3).

Os registros contábeis devem ser efetuados na implementação desta IN e na ocasião do encerramento de cada exercício.

O lançamento contábil deve ser efetuado de forma manual (SLIP).

a) Reconhecimento ou aumento do Passivo em Autarquias e Fundações

Autarquias e Fundações

D – 3.9.7.9.2.01.01.0550 – VPD de provisão de Precatórios centralizados no Tesouro

C – 2.2.7.9.2.01.01.0550 – Provisão de Precatórios centralizados no tesouro

b) Redução do Passivo em Autarquias e Fundações

Autarquias e Fundações

D – 2.2.7.9.2.01.01.0550 – Provisão de Precatórios centralizados no tesouro

C – 4.9.7.1.2.01.01.0550 – Reversão de Provisão de Precatórios centralizados no tesouro

3 – REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPVs

Os procedimentos orçamentários e contábeis relacionados às RPVs devem ser efetuados de forma centralizada no Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 03 - Sentenças

Judiciárias, a partir do exercício de 2020.

Quando um sequestro judicial for efetuado em conta bancária de Autarquia ou Fundação, a partir de 01 de janeiro de 2020, devem ser observados os procedimentos descritos no item 3.2.2.

O sequestro judicial efetuado em conta bancária de Autarquia ou Fundação em data anterior à centralização (até 31 de dezembro de 2019) deve ser regularizado na forma do item 7.

3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir serão apresentados os critérios a serem utilizados na execução orçamentária das RPVs.

3.1.1 – Empenho

Unidade Orçamentária - O Empenho deve ser efetuado na UO 33.03 – Encargos Financeiros do Estado, independente da entidade devedora originária da RPV.

Fato Contábil - O fato contábil a ser utilizado é o **0288** – Requisições de Pequeno Valor.

Recurso - O empenho deverá ser efetuado pelo valor bruto, com a identificação do credor, do processo judicial e com a utilização de um dos seguintes recursos orçamentários: **0001** (livre), **0002** (educação), **0006** (saúde), ou outro recurso do tesouro, livre ou vinculado pela constituição.

Natureza da Despesa - A natureza de despesa varia de acordo com o objeto da ação judicial, devendo ser consultadas as possibilidades no seguinte caminho do FPE: Contabilidade/ Itens Contabilidade / Fato Contábil/ Aba Natureza Despesa.

O empenho não gera lançamentos contábeis patrimoniais.

3.1.2 - Liquidação

A liquidação deve ser efetuada na **tesouraria 19.05**.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 3.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva (específico para cada NAD) C –
2.1.1.1.1.06.01.0288 – Requisições de Pequeno Valor a Pagar

3.1.3 - Retenções

As retenções devem ser efetuadas no momento da Liquidação, de acordo com as seguintes classificações de receita:

5220.01.01.0006 (código de retenção 0289) – Contribuição Previdenciária para o IPE PREV

5220.01.01.0008 (código de retenção 0298) – Contribuição Previdenciária para o INSS

5220.01.01.0007 (código de retenção 0290) – Contribuição Assistência Médica ao IPE SAÚDE

5411.08.01.0001 (código de retenção 0299) – Retenção de Imposto de Renda (exceto empenhos do recurso 0001)

1113.03.41.0034 (código de retenção 0273) – Retenção de Imposto de Renda (empenhos do recurso 0001)

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 2.1.1.1.1.06.01.0288 – Requisições de Pequeno Valor a Pagar

C – 2.1.8.8.1.01.xx.0039 – Passivo Circulante (conta específica para cada retenção)

3.1.4 - Contribuições ao INSS pagas pelos tribunais

Nos casos em que o tribunal efetuar diretamente o repasse ao INSS das contribuições do segurado e da patronal, os seguintes procedimentos devem ser realizados:

Contribuição do Segurado:

O valor da contribuição do segurado deverá ser somado ao valor líquido pago ao beneficiário do precatório, não sendo necessário registrar retenção no FPE.

Contribuição Patronal:

O valor da contribuição patronal deverá ser empenhado na NAD 3.1.90.91.9108 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA - INSS S/PRECATORIOS e RPVs. O credor do empenho deverá ser o tribunal que efetuou o pagamento, e não o INSS. O valor total do empenho deverá ser retido no código 0543 RETENÇÃO PRECAT PAGOS PELO TESOIRO.

3.1.5 – Pagamento

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente, pelo pagamento no FPE:

a) Pagamento:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 2.1.1.1.1.06.01.0288 – Requisições de Pequeno Valor a Pagar C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

3.2 – Registro contábil do Sequestro Judicial de RPV

A Secretaria da Fazenda em contato institucional com o Tribunal de Justiça acordou que todos os sequestros judiciais relacionados a RPVs fossem efetuados em conta bancária de titularidade da Secretaria da Fazenda a partir do exercício de 2020, em razão da centralização.

Todavia, podem ocorrer comandos de juízes determinando o sequestro em outras contas, por isso os itens 3.2.2 e 3.2.4 explicam os procedimentos a serem efetuados pelas Autarquias e Fundações nesses casos.

3.2.1 – Sequestro Judicial de RPV efetuado em conta bancária da SEFAZ

Por ocasião do sequestro judicial a SEFAZ deve efetuar a transação de pagamento por responsável, classificação extraorçamentária **01004** – Bloqueio Judicial RPV/Saúde.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 3.9.9.9.1.01.01.0499 – VPD decorrente de sequestro judicial C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

Essa transação também gerará saldo em contas de controle de “sequestros judiciais a regularizar”.

3.2.2 – Sequestro Judicial de RPV efetuado em conta bancária de Autarquia ou Fundação a partir de 01 de janeiro de 2020

O procedimento a seguir aplica-se **somente aos sequestros judiciais ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2020**. Para os sequestros judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2019 e que ainda estiverem pendentes de regularização, devem ser observados os procedimentos do item 7.

Por ocasião do sequestro judicial a Autarquia ou Fundação deve efetuar o seguinte lançamento contábil manual (SLIP):

Autarquia ou Fundação

D – 1.1.3.5.1.05.01.0288 – Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Adm. Direta C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

Esse registro contábil inicial é apenas para fins de conciliação bancária, visto que não é em todos os casos que a SEFAZ irá efetuar o ressarcimento. Em alguns casos as Autarquias e Fundações não terão direito ao ressarcimento, pois seriam requisitadas a restituir a despesa do Estado, na forma do art. 4º da Instrução Normativa SEFAZ nº 01/2019.

Em qualquer caso, a Autarquia ou Fundação deve abrir um PROA e enviar à SEP/TE para fins de regularização do sequestro judicial (ver item 3.2.4).

A forma de regularização contábil, com ou sem ressarcimento, está explicado no item 3.2.4.

3.2.3 – Regularização de sequestro judicial de RPV efetuado em conta bancária da SEFAZ

Por ocasião da regularização do sequestro judicial a SEFAZ deve efetuar empenho e liquidação da RPV e, na sequência, a transação de regularização por liquidação ou por receita. Em ambos casos o lançamento contábil patrimonial tem o mesmo efeito.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente na regularização do sequestro:

UO 33.03 = Encargos Gerais do Estado

D – 2.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – Passivo de RPV a Pagar ou Passivo de Retenção

C – 3.9.9.9.1.01.01.0499 – VPD decorrente de sequestro judicial

O lançamento a crédito de uma VPD se justifica porque já há registro de VPD por ocasião da liquidação do empenho da própria RPV. Dessa forma, a VPD registrada no momento do sequestro é “anulada”.

Essa transação de regularização também reduzirá o saldo registrado em contas de controle de “sequestros judiciais a regularizar”.

3.2.4 – Regularização de Sequestro Judicial de RPV efetuado em conta bancária de Autarquia ou Fundação, quando o sequestro ocorreu a partir de 01 de janeiro de 2020

Conforme explicado no item 3.2.2, a SEFAZ pode ressarcir o valor sequestrado de RPV à Autarquia ou Fundação ou pode não ressarcir, embora, em qualquer caso, a execução orçamentária da RPV (empenho/liquidação) seja centralizada.

A Autarquia ou Fundação deve relacionar os sequestros judiciais de RPVs em um PROA e encaminhar à SEPRE/TE (Seção de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor do Tesouro do Estado/SEFAZ) para regularização. O PROA deve ser aberto com Assunto “Dívida Pública”, Tipo “Requisições de Pequeno Valor RPVs” e subtipo “Informação”; e deve conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Informações do credor (nome e CPF);
- b) Nº do processo judicial;
- c) Data do sequestro;
- d) Valor sequestrado;
- e) Conta Bancária em que ocorreu o sequestro judicial.

Quando possível, também deve informar o valor bruto da RPV, bem como o valor de cada retenção (previdência, IRRF, Saúde, etc.).

3.2.4.1 – Procedimentos a serem efetuados pela SEFAZ

Quando recebido o PROA citado no item anterior, a SEFAZ deve proceder o empenho e a liquidação na forma dos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3, sendo que o valor líquido restante (correspondente ao valor sequestrado) deve ser retido na classificação de receita extraorçamentária 5110.01.01.0024 – Retenção para Ressarcimento de Sequestros Judiciais Ocorridos na Administração Indireta (código de retenção 0721).

Esse empenho deve ser efetuado no mesmo exercício do sequestro judicial, ainda que pelo valor líquido, na forma do art. 4º da IN CAGE nº 08/2019.

O passivo gerado pela retenção deverá ser baixado ou pelo pagamento ou pela transação de transferência de receita.

3.2.4.1.1 – Passivo baixado pelo pagamento

Caso o valor sequestrado de RPV for ressarcido à Autarquia ou Fundação, deve ser efetuado o pagamento da Nota Financeira gerada na classificação de receita extraorçamentária 5110.01.01.0024.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

UO 33.03 Encargos Gerais do Estado

D – 2.1.8.8.1.03.01.0039 – Passivo Circulante

C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

3.2.4.1.2 – Passivo baixado pela transação de transferência de receita

Caso o valor sequestrado de RPV **não** for ressarcido à Autarquia ou Fundação, deve ser efetuada transação de transferência da receita extraorçamentária 5110.01.01.0024.

Os lançamentos contábeis demonstrados a seguir serão gerados automaticamente:

UO 33.03 Encargos Gerais do Estado

D – 2.1.8.8.1.03.01.0039 – Passivo Circulante

C – 4.5.1.2.2.02.99.0282 – Transferências Financeiras Intragovernamentais

Autarquia ou Fundação

D – 3.5.1.1.2.04.01.0282 – Transferências Financeiras Intragovernamentais

C – 2.1.8.8.1.03.01.0039 – Passivo Circulante

3.2.4.2 – Procedimentos a serem efetuados pela Autarquia ou Fundação

A Autarquia ou Fundação que, no momento do sequestro judicial, efetuou o registro contábil indicado no item 3.2.2, deve regularizá-lo contabilmente de acordo com os procedimentos descritos nos itens 3.2.4.2.1 e 3.2.4.2.2, conforme caso.

3.2.4.2.1 – Com Ressarcimento pela SEFAZ

Caso o valor sequestrado de RPV for ressarcido à Autarquia ou Fundação, deve ser efetuado o seguinte lançamento contábil manual (SLIP):

Autarquia ou Fundação

D – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

C – 1.1.3.5.1.05.01.0288 – Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Adm. Direta

3.2.4.2.2 – Sem Ressarcimento pela SEFAZ

Caso o valor sequestrado de RPV **não** for ressarcido à Autarquia ou Fundação, deve ser efetuado os seguintes procedimentos:

a) Pagamento por acerto caixa da Nota Financeira recebida em transferência – classificação de receita 5110.01.01.0024 (Ver item 3.2.4.1.2), o que gerará o seguinte lançamento contábil automático:

Autarquia ou Fundação

D – 2.1.8.8.1.03.01.0039 – Passivo Circulante

C – 1.1.1.1.1.01.01.0010 – Caixa

b) Lançamento Contábil manual (SLIP) para regularização:

Autarquia ou Fundação

D – 1.1.1.1.1.01.01.0010 – Caixa

C – 1.1.3.5.1.05.01.0288 – Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Adm. Direta

3.3 – Registros Intraorçamentários: RPVs oriundas de Autarquias e Fundações não dependentes de recursos do Tesouro

Conforme art. 8º da IN CAGE nº 08/2019, a Autarquia ou Fundação deve reconhecer uma obrigação perante o Estado no Passivo Circulante, quando:

- a) forem requisitadas a efetuar o seu ressarcimento, conforme previsto no art. 4º da Instrução Normativa SEFAZ nº 01/2019; e
- b) não efetuarem a transferência de numerário até o término do exercício em que for requisitado o ressarcimento.

O Estado deverá reconhecer um Ativo Circulante quando requisitar o ressarcimento e não o receber até o encerramento do exercício.

Ou seja, os registros contábeis só devem ser efetuados por ocasião do encerramento de cada exercício, caso haja obrigações pendentes de Autarquia ou Fundação perante o Estado, referentes a pedidos de ressarcimento de Precatórios e RPVs.

Os lançamentos contábeis devem ser efetuados de forma manual (SLIP).

- a) Reconhecimento do Passivo em Autarquias e Fundações

Autarquias e Fundações

D – 3.9.9.6.2.01.01.0008 – Restituição de despesas Intraorçamentárias

C – 2.1.8.9.2.01.02.0288 – Despesa de RPVs a ressarcir ao Tesouro

- b) Reconhecimento do Ativo no Estado UO 33.03 Encargos Gerais do Estado

D – 1.1.3.8.2.01.01.0288 – Requisições de Ressarcimento de RPVs de Autarquias e Fundações a Receber

C – 4.9.9.6.2.01.01.0004 – Restituição de despesas Intraorçamentárias

4 – OUTROS DÉBITOS JUDICIAIS

A execução orçamentária e os procedimentos contábeis patrimoniais das obrigações oriundas de outros débitos judiciais, não inseridas em precatórios ou em RPVs, deverão ser efetuados pelo Órgão ou Entidade que deu origem ao débito.

4.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir serão apresentados os critérios a serem utilizados na execução orçamentária dos outros débitos judiciais.

4.1.1 – Empenho

O Empenho deve ser efetuado com a identificação do credor e do processo judicial, **sendo vedada a utilização de credor genérico.**

O fato contábil a ser utilizado é o **0179 – Sentenças Judiciais.**

Quando a origem do débito for relacionada à aquisição de medicamentos ou a qualquer outra obrigação vinculada à área da saúde, o empenho deve ser efetuado utilizando-se o recurso orçamentário **0006.**

A natureza de despesa varia de acordo com o objeto da ação judicial, devendo ser consultadas as possibilidades no seguinte caminho do FPE: Contabilidade/ Itens Contabilidade / Fato Contábil/ Aba Natureza Despesa.

O empenho não gera lançamentos contábeis patrimoniais.

4.1.2 - Liquidação

A liquidação deve ser efetuada na tesouraria responsável pelo pagamento.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

D – 3.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – Variação Patrimonial Diminutiva (Específico para cada NAD) C – 2.1.3.1.1.09.01.0179 – Sentenças Judiciais a Pagar

4.1.3 - Retenções

As retenções incidentes sobre outros débitos judiciais podem estar relacionadas às pessoas físicas ou jurídicas. A relação de códigos de classificação de receita vinculadas ao fato contábil 0179 pode ser consultada no FPE: Execução Despesa/ Retenção/ Classificação Receita Fato.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

D – 2.1.3.1.1.09.01.0179 – Sentenças Judiciais a Pagar

C – 2.1.8.8.1.01.xx.0039 – Passivo Circulante (Conta Específica para cada Retenção)

4.1.4 – Pagamento

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente, pelo pagamento no FPE:

D – 2.1.3.1.1.09.01.0179 – Sentenças Judiciais a Pagar

C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

4.1.5 – Sequestro Judicial (exceto RPVs)

Por ocasião do sequestro judicial o órgão ou entidade deve efetuar a transação de pagamento por responsável, classificação extraorçamentária **01004 – Bloqueio Judicial**.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente:

D – 3.9.9.9.1.01.01.0499 – VPD decorrente de sequestro judicial

C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

Essa transação também gerará saldo em contas de controle de “sequestros judiciais a regularizar”.

4.1.6 – Regularização de sequestro judicial

Por ocasião da regularização do sequestro judicial, o órgão ou entidade deve efetuar o empenho e a liquidação e, na sequência, a transação de regularização por liquidação ou por receita. Em ambos casos o lançamento contábil patrimonial tem o mesmo efeito.

O lançamento contábil demonstrado a seguir é gerado automaticamente na regularização:

D – 2.x.x.x.xx.xx.xxxx – Passivo de Sentenças Judiciais a Pagar ou Passivo de Retenção

C – 3.9.9.9.1.01.01.0499 – VPD decorrente de sequestro judicial

O lançamento a crédito de uma VPD se justifica porque já há registro de VPD por ocasião da liquidação do empenho do próprio débito judicial. Dessa forma, a VPD registrada no momento do sequestro é “anulada”.

Essa transação de regularização também reduzirá o saldo registrado em contas de controle de “sequestros judiciais a regularizar”.

5 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Entidade deverá manter registrados em seu Ativo Circulante os respectivos depósitos judiciais/recursais enquanto não efetivada a execução da correspondente sentença judicial.

Por ocasião do depósito a entidade deve efetuar o seguinte lançamento contábil manual (SLIP):

D – 1.1.3.5.1.02.01.0036 – Depósitos Judiciais

C – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

Atenção: Essa conta contábil só deve ser utilizada em casos de depósitos judiciais/recursais pendentes de decisão definitiva, ou seja, representam valores que ainda podem retornar ao Estado.

5.1 – Resultado: Despesa Definitiva

Quando o processo judicial resultar em despesa definitiva, esta deverá ser objeto de execução orçamentária (na forma dos itens 2 a 4), e o ativo representativo do depósito deverá ser desreconhecido.

Por ocasião da execução orçamentária (empenho/liquidação), o registro da VPD será efetuado automaticamente. O pagamento orçamentário deverá ser efetuado por acerto caixa e a conta caixa deve ser regularizada pelo seguinte lançamento contábil manual (SLIP):

a) Pagamento por acerto caixa (lançamento contábil automático):

D – 2.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – Passivo Circulante

C – 1.1.1.1.1.01.01.0010 – Caixa

b) Lançamento Contábil manual (SLIP) para regularização:

D – 1.1.1.1.1.01.01.0010 – Caixa

C – 1.1.3.5.1.02.01.0036 – Depósitos Judiciais

5.2 – Resultado: Devolução com Rendimentos

Quando o processo judicial não resultar em despesa definitiva, o saldo do ativo do depósito recursal deverá ser transferido para a conta contábil representativa de sua disponibilidade, sendo os rendimentos financeiros reconhecidos como receita orçamentária.

a) Baixa do Depósito Judicial – valor original (Lançamento contábil manual – SLIP):

D – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

C – 1.1.3.5.1.02.01.0036 – Depósitos Judiciais

b) Rendimentos (Lançamento contábil automático quando do registro da receita orçamentária na classificação 1321.00.1.x.xxxx):

D – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

C – 4.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – VPA de rendimentos

6 – RESTITUIÇÃO DE PRECATÓRIOS, RPVs E OUTROS DÉBITOS JUDICIAIS

Conforme art. 6º da IN CAGE nº 08/2019, as restituições de precatórios, RPVs e de outros débitos judiciais devem ser registradas:

- a) se arrecadadas no mesmo exercício da execução da despesa, pelo estorno da mesma; ou
- b) se arrecadadas em exercício posterior à execução da despesa, por receita orçamentária.

A Restituição por Receita Orçamentária (classificação 1922.99.1.1.xxxx) gerará o seguinte lançamento contábil automático:

D – 1.1.1.1.1.xx.xx.xxxx – Disponibilidades

C – 4.x.x.x.x.xx.xx.xxxx – VPA de Restituição

7 – DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS DE SEQUESTROS JUDICIAIS (ART. 13 DA IN CAGE)

Conforme art. 10 da IN CAGE nº 08/2019, o sequestro judicial, independentemente da sua execução orçamentária, deverá ser contabilizado, no mês em que ocorrer, em conta de VPD e em contas de controle.

O montante registrado em contas de controle deverá ser baixado por ocasião da regularização do sequestro judicial, por meio da execução orçamentária.

Já o art. 13, dispõe que os sequestros judiciais ocorridos até 31 de dezembro de 2018 e que não tiverem sido regularizados até a entrada em vigor da IN (01/01/2020) não deverão ser executados orçamentariamente. Nesse caso, os ativos referidos deverão ser desreconhecidos à conta de ajuste de exercícios anteriores, e não deverão compor o saldo das contas de controle mencionadas.

Em resumo:

- a) Todos os ativos que guardam relação com sequestros judiciais devem ser desreconhecidos;
- b) As contas de controle de “sequestros judiciais a regularizar” estão recebendo lançamento contábil automático pelo sequestro (pelo registro da despesa extraorçamentária) e pela regularização (regularização por liquidação ou por receita) desde 01/01/2020;
- c) O saldo de sequestros judiciais não regularizados referentes ao exercício de 2019 deve compor o saldo das contas de controle de que dispõe o art. 10 da IN CAGE. Esse lançamento contábil deve ser efetuado manualmente (SLIP);
- d) Os sequestros judiciais ocorridos no exercício de 2019 devem ser processados orçamentariamente pela entidade de origem.

7.1 – Desreconhecimento do saldo de sequestros judiciais registrados na conta contábil de Depósitos Judiciais

Algumas Autarquias e Fundações possuem registros de sequestros judiciais na conta contábil 1.1.3.5.1.02.01.0036 – Depósitos Judiciais. Conforme explicado no item 5, essa conta só deve ser utilizada para registros de depósitos judiciais pendentes de decisão definitiva. Portanto, todo o saldo que se referir a sequestros judiciais deve ser desreconhecido, conforme os seguintes procedimentos:

- a) Procedimentos relacionados ao saldo existente **na data de 31/12/2019** na conta contábil 1.1.3.5.1.02.01.0036 relacionado à sequestros judiciais:

Baixa do ativo de sequestro judicial (Lançamento contábil manual – SLIP)

D – 2.3.7.1.1.03.01.0368 – Ajustes de Exercícios Anteriores

C – 1.1.3.5.1.02.01.0036 – Depósitos Judiciais

e

D – 8.2.1.1.1.01.01.0464 – Disponibilidade por Destinação de Recursos (recurso livre)

C – 7.2.1.1.1.01.01.0464 – Controle da Disponibilidade de Recursos

Atenção: Caso exista saldo em contas de passivo referentes a classificações de receita extraorçamentárias de “retenção para regularização de sequestros judiciais”, deve ser efetuada a baixa, por acerto caixa, e posterior regularização da conta caixa à crédito de depósitos judiciais. Dessa forma, os lançamentos contábeis indicados acima devem ser efetuados após o procedimento de desconhecimento de passivos de regularização.

b) Procedimentos relacionados ao saldo de sequestros judiciais não regularizados **do exercício de 2019:**

Registro em contas de controle de Sequestros Judiciais a Regularizar (Lançamento contábil manual – SLIP)

D – 7.9.9.1.1.01.01.0499 – Sequestros Judiciais a Regularizar

C – 8.9.9.1.1.01.01.0499 – Sequestros Judiciais a Regularizar

Atenção: Esse registro contábil deve ser efetuado considerando o montante de sequestros judiciais ocorridos no exercício de 2019 e que não foram executados orçamentariamente dentro do mesmo exercício. Ou seja, as regularizações pela execução orçamentária do exercício de 2020 e posteriores não devem influenciar no montante a ser registrado nessa conta.

7.2 – Desconhecimento do saldo de sequestros judiciais registrados nas contas contábeis de “Responsáveis por Pagamentos Irregulares” e “Sequestros Judiciais a Regularizar”

Os sequestros judiciais registrados por meio de pagamentos extraorçamentários (responsáveis) e que geraram saldo nas contas contábeis 1.1.3.4.1.01.99.0032 (Responsáveis por Pagamentos Irregulares) e 1.1.3.5.1.05.01.0499 (Sequestros Judiciais a Regularizar) devem ser desconhecidos, conforme os seguintes procedimentos:

a) Procedimentos relacionados aos saldos existentes **na data de 31/12/2019** nas contas contábeis 1.1.3.4.1.01.99.0032 e 1.1.3.5.1.05.01.0499 relacionados a sequestros judiciais:

Baixa do ativo de sequestro judicial

1) Efetuar transação de Ingresso de Receita na classificação 5490.01.01.0040 – Retenção para regularização (ou outra retenção informada no pagamento extraorçamentário), indicando a conta caixa – 1.1.1.1.1.01.01.0010.

2) Efetuar as transações de Regularização de Despesa Extraorçamentária, indicando os pagamentos por responsáveis relacionados a sequestros judiciais com saldo a regularizar, bem como a transação de receita oriunda da transação precedente. Este procedimento irá regularizar as contas 1.1.3.4.1.01.99.0032 e 1.1.3.5.1.05.01.0499.

3) Efetuar os seguintes lançamentos contábeis de forma manual (SLIP):

D – 2.3.7.1.1.03.01.0368 – Ajustes de Exercícios Anteriores

C – 1.1.1.1.1.01.01.0010 - Caixa

e

D – 8.2.1.1.1.01.01.0464 – Disponibilidade por Destinação de Recursos (recurso livre)

C – 7.2.1.1.1.01.01.0464 – Controle da Disponibilidade de Recursos

Atenção: Os saldos existentes na data de 31/12/2019 em contas de passivo referentes a classificações de receita extraorçamentárias de “retenção para regularização de sequestros judiciais” devem ser considerados antes de efetuar os procedimentos acima. Recomenda-se a conversão para a mesma classificação de receita indicada no procedimento de nº 1.

b) Procedimentos relacionados ao saldo de sequestros judiciais não regularizados **do exercício de 2019:**

Registro em contas de controle de Sequestros Judiciais a Regularizar (Lançamento contábil manual – SLIP)

D – 7.9.9.1.1.01.01.0499 – Sequestros Judiciais a Regularizar

C – 8.9.9.1.1.01.01.0499 – Sequestros Judiciais a Regularizar

Atenção: Esse registro contábil deve ser efetuado considerando o montante de sequestros judiciais ocorridos no exercício de 2019 e que não foram executados orçamentariamente dentro do mesmo exercício. Ou seja, as regularizações efetuadas pela execução orçamentária do exercício de 2020 e posteriores não devem influenciar no montante a ser registrado nessa conta.